

Título do capítulo	CAPÍTULO 4 – MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS NO RURAL BRASILEIRO DE 2006 A 2017
Autores(as)	Alexandre Gori Maia
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0/cap4

Título do livro	UMA JORNADA PELOS CONTRASTES DO BRASIL: CEM ANOS DO CENSO AGROPECUÁRIO
Organizadores(as)	José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho José Garcia Gasques
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	-
ISBN	978-65-5635-011-0
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS NO RURAL BRASILEIRO DE 2006 A 2017

Alexandre Gori Maia¹

1 INTRODUÇÃO

Até os anos 1980 o crescimento da agricultura brasileira se fundamentou, em grande medida, na abundância e no baixo custo relativo da terra e da mão de obra. Essas tendências históricas permitiram um padrão de crescimento baseado na expansão das áreas dedicadas à agropecuária e da população ocupada. Por exemplo, a área dedicada à agropecuária passou de 175 milhões para 375 milhões de hectares, entre 1920 e 1985, enquanto a população ocupada passou de 6,3 milhões para 23,4 milhões de pessoas no mesmo período (Gasques *et al.*, 2012). No entanto, esse padrão de crescimento sofreu mudanças relevantes nas últimas décadas, impulsionadas simultaneamente por fatores demográficos, sociais e econômicos.

No que se refere aos fatores demográficos, a população rural brasileira está diminuindo aceleradamente, devido tanto à redução da taxa de fecundidade rural quanto à persistência dos fluxos migratórios rural-urbano (Maia e Buainain, 2015). A nova dinâmica demográfica rural impõe sérias restrições à produção agrícola, especialmente entre médios e pequenos agricultores, que não poderiam substituir facilmente a mão de obra por investimentos em tecnologias para aumentar a produtividade. A agricultura familiar brasileira é ainda intensiva em trabalho e enfrenta sérias dificuldades para competir com a agricultura dinâmica e intensiva em capital que surgiu no país. Por exemplo, enquanto a agricultura familiar concentrava 84% dos estabelecimentos agropecuários de 74% da população ocupada na agricultura em 2006, concentrava apenas 24% da área total e 34% da renda bruta das atividades agropecuárias do Brasil (Vieira Filho e Fishlow, 2017).

Em relação aos fatores socioeconômicos, muitos estudos no Brasil ainda reiteraram que a pobreza endêmica e a estrutura altamente concentrada da propriedade da terra seriam os fatores-chave para compreender o êxodo rural no país. Mas esse é apenas um lado da história, pois os migrantes também agem, pelo menos parcialmente, de acordo com uma racionalidade econômica, baseada nas expectativas de melhores salários e oportunidades de vida nas áreas urbanas. Como resultado, a migração no Brasil tem sido intensa, tanto nas áreas rurais mais desenvolvidas quanto nas menos desenvolvidas (Maia e Buainain, 2015). Esses fluxos tendem a ser altamente seletivos e são mais intensos entre as mulheres, os mais jovens e aqueles com escolaridade mais avançada.

Há ainda que se considerar os ciclos econômicos regionais no país, que agem principalmente como fatores de atração dos migrantes nas localidades de destino. Historicamente, os destinos preferidos dos migrantes rurais eram as principais metrópoles brasileiras, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto uma minoria migrou para as novas fronteiras agropecuárias, nas regiões Norte e Centro-Oeste (Cunha e Baeninger, 2000; Perz, 2000). Desde a década de 1980, no entanto, crises econômicas recorrentes prejudicam as oportunidades de emprego e a mobilidade social nas cidades. Paralelamente, o avanço tecnológico na agricultura reduziu a demanda por trabalhadores pouco qualificados em destinos rurais economicamente dinâmicos (Serigati *et al.*, 2017). Ademais, o aumento da produtividade agrícola intensificou a competição no campo ao reduzir o preço dos produtos agrícolas, inviabilizando as oportunidades de renda na atividade para pequenos agricultores empobrecidos (Alves, 2006; Alves e Marra, 2009).

Para compensar parcialmente os altos níveis de pobreza rural e desigualdade social, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) implementou um sistema de proteção social gradual, materializado ao longo das décadas de 1990 e 2000. As políticas mais importantes foram o sistema de aposentadoria rural e vários programas de transferência de renda – a maioria destes posteriormente incorporada no Programa Bolsa Família (PBF). Em 2017, 13,3 milhões de famílias receberam os benefícios do PBF e 4,9 milhões receberam os benefícios previdenciários

1. Professor associado da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Núcleo de Economia Aplicada, Agrícola e do Meio Ambiente (NEA+) do Instituto de Economia (IE) da Unicamp. E-mail: <gori@unicamp.br>.

no país (Ferreira de Souza *et al.*, 2019; Oliveira, Oliveira e Vieira Filho, 2019). Alguns estudos sugerem que essas políticas sociais teriam reduzido principalmente a oferta de trabalho de mães e idosos nas áreas rurais (Carvalho Filho, 2008; Mattos e Ponczek, 2009; Tavares, 2010). Os fatores demográficos também minaram a oferta de mão de obra rural, sobretudo porque a taxa de fertilidade caiu acentuadamente nas áreas urbanas e rurais. As taxas totais de fertilidade começaram a cair aceleradamente a partir da década de 1970, de um pico de 6,0 nascimentos por mulher a um nível abaixo da taxa de reposição da população (2,1) em menos de três décadas (IBGE, [s.d.]).

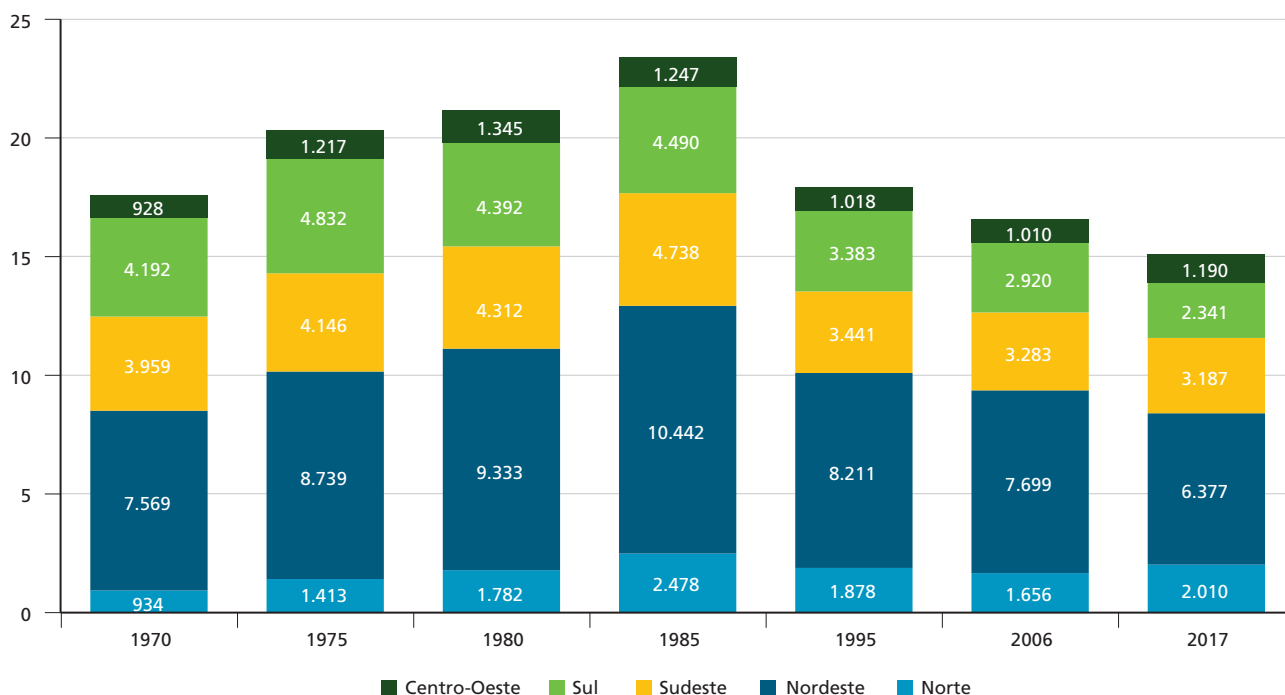
Neste estudo, busca-se explorar, portanto, como esse conjunto de fatores econômicos, sociais e demográficos reconfiguraram a nova sociedade rural no Brasil. O capítulo resume a dinâmica e os potenciais determinantes das mudanças demográficas no Brasil rural. As análises baseiam-se nos dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. Em função da disponibilidade das informações estatísticas, as análises foram fundamentadas no conjunto da população ocupada em estabelecimentos agropecuários. A população ocupada será segmentada em dois grupos principais: *i*) ocupados familiares, compreendendo as pessoas responsáveis pelos estabelecimentos e os membros familiares ocupados nos estabelecimentos; e *ii*) ocupados não familiares, aqueles sem laços de parentesco com a pessoa responsável pelo estabelecimento. Especial ênfase será dada à seletividade de gênero das mudanças no campo, que tem resultado em um intenso processo de masculinização do conjunto de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias.

Para tanto, o capítulo está dividido em quatro seções, incluindo esta breve introdução. A segunda seção faz uma discussão da dinâmica da população ocupada no Brasil. A seção 3 aborda a seletividade da população ocupada. Por fim, seguem as considerações finais.

2 A DINÂMICA DA POPULAÇÃO OCUPADA

A mudança mais relevante na dinâmica da população ocupada na agricultura ocorreu na década de 1990, quando houve uma inflexão da tendência histórica de variação (gráfico 1). No período de crescimento, entre 1970 e 1985, a população ocupada aumentou em quase 6 milhões de pessoas: de 17,6 milhões para 23,4 milhões de ocupados. No período de queda, entre 1985 e 2017, a população ocupada reduziu-se em mais de 8 milhões de pessoas: de 23,4 milhões, em 1985, para 15, milhões, em 2017.

GRÁFICO 1
População ocupada em estabelecimentos agropecuários
(Em milhões)



Fontes: Censos Agropecuários/IBGE. Disponíveis em: <<https://bit.ly/2GMKG98>>.

A tendência geral de queda da população ocupada nas décadas recentes apresenta ainda importantes peculiaridades regionais. Primeiro, a população ocupada agrícola tem se reduzido tanto nas regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste) quanto na região menos desenvolvida (Nordeste). Por exemplo, entre 2006 e 2017, a população ocupada reduziu-se em 1,3 milhão na região Nordeste (queda de 17% em relação a 2006) e em 580 mil na região Sul (queda de 20%). Em outras palavras, a redução da população rural não pode ser atribuída exclusivamente à pobreza nas localidades de origem. Fatores de atração nas localidades de destino seriam também fundamentais para compreender essa dinâmica.

O segundo aspecto importante das tendências regionais é o fato de a população ocupada agrícola ter crescido na nova fronteira de crescimento da agricultura, que é intensa em uso de tecnologia. Na região Centro-Oeste, a população ocupada aumentou em 355 mil pessoas entre 2006 e 2017 (21% em relação a 2006); na região Norte, essa população aumentou em 180 mil pessoas (19%). Naturalmente, o crescimento da população ocupada na agropecuária nessas duas regiões (saldo positivo de 535 mil pessoas) não foi suficiente para absorver a redução nas demais regiões – Nordeste, Sul e Sudeste (saldo negativo de 2 milhões de pessoas). Os destinos principais dos ocupados que abandonam as atividades agropecuárias seriam ainda as áreas urbanas.

Os ocupados que abandonaram a atividade agropecuária são fundamentalmente aqueles associados à agricultura familiar. Por um lado, o número de pessoas ocupadas com laços de parentesco com o responsável pelo estabelecimento agropecuário reduziu-se em 1,7 milhão entre 2006 e 2017 (de 12,8 milhões para 11,1 milhões, redução de 13%) – tabela 1. Houve, por outro lado, um ligeiro crescimento da população ocupada sem laços de parentesco com o responsável: 237 mil entre 2006 e 2017 (crescimento de 6%). Como consequência dessas dinâmicas, diminuiu o número médio de ocupados por estabelecimento agropecuário, mas aumentou o número médio de ocupados sem laços de parentesco: o número médio total de ocupados passou de 3,2 em 2006, para 3,0 em 2017; enquanto o número médio de ocupados sem laços de parentesco com a pessoa responsável pelo estabelecimento passou de 0,7 para 0,8. Essa mudança reflete provavelmente o perfil da nova agricultura nas regiões Norte e Nordeste, que se baseiam no trabalho contratado ao invés do familiar.

TABELA 1

Estabelecimentos agropecuários e população ocupada com e sem laço de parentesco com a pessoa responsável pelo estabelecimento (2006 e 2017)

Estatística	2006	2017
Estabelecimentos agropecuários	5.175.636	5.073.324
Ocupados por estabelecimento	3,92	2,98
Pessoas ocupadas	20.281.599	15.105.125
Com laços familiares	12.801.406	11.101.533
Sem laços familiares	3.766.799	4.003.592
Até 4 ocupados (sem laços)	608.027	1.005.334
5 a 9 ocupados	859.886	1.053.049
10 a 49 ocupados	1.232.397	1.041.556
50 ocupados ou mais	1.013.084	903.653

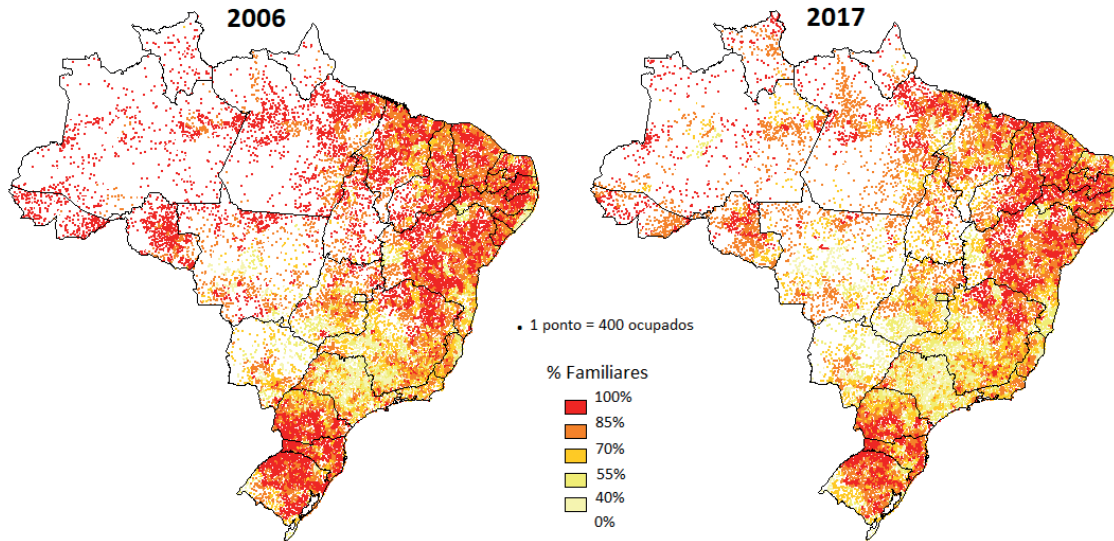
Fontes: IBGE (2006; 2017).

Outro aspecto relevante do crescimento da população ocupada sem laços familiares refere-se ao tamanho dos estabelecimentos. Caiu o número de ocupados em grandes estabelecimentos (dez ocupados ou mais) e cresceu o número de ocupados em pequenos estabelecimentos (até nove ocupados). Esses pequenos estabelecimentos ocupavam 39% dos trabalhadores agrícolas sem laços em 2006 e 51% em 2017. Essa dinâmica provavelmente reflete a intensificação da produção nos grandes estabelecimentos, sobretudo pelo aumento da produtividade do trabalho.

O mapa 1 apresenta a distribuição espacial dos ocupados no Brasil entre 2006 e 2017. Cada ponto representa um conjunto de quatrocentos ocupados e as cores representam o percentual de ocupados com laços familiares no total de ocupados dentro de cada município. A mudança mais relevante é o avanço das áreas com menor participação de ocupados familiares (cores laranja e amarela) em áreas tradicionais de agricultura familiar: regiões Sul, Nordeste e Norte. Por exemplo, o percentual médio de ocupados com laços familiares nos municípios do estado do Amazonas passou de 93% em 2006 para 82% em 2017, e nos municípios do estado do Paraná passou de 77% para 71%.

MAPA 1

Distribuição territorial da população ocupada¹ e percentual da população com laços familiares² (2006 e 2017)



Fontes: IBGE (2006; 2017).

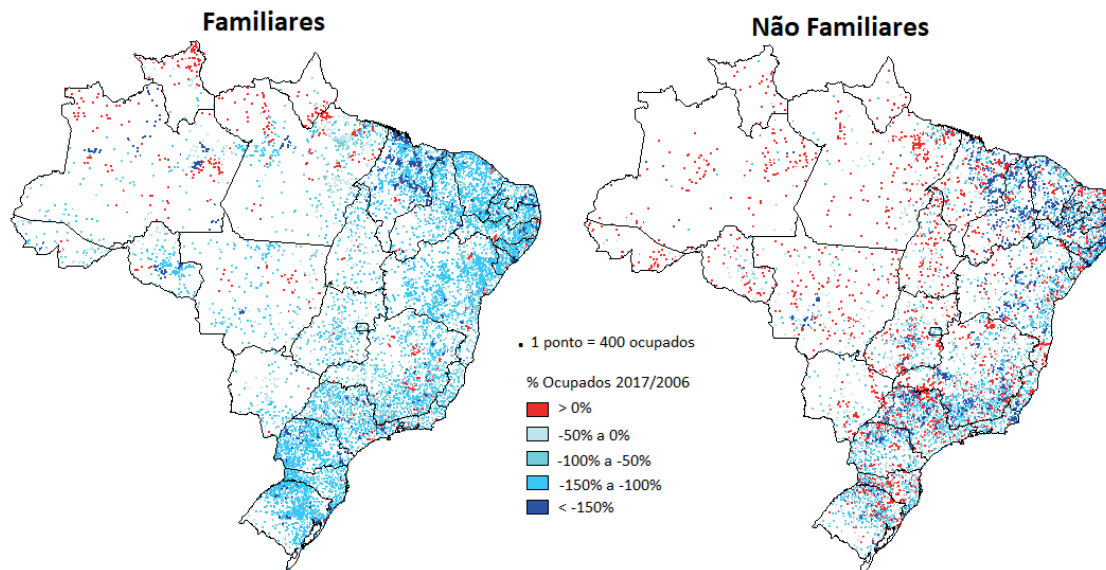
Notas: ¹ Corresponde aos pontos.

² Corresponde às cores.

O mapa 2 identifica as áreas com maior variação positiva (cor vermelha) e negativa (gradações de azul) de ocupados familiares (mapa à esquerda) e não familiares (à direita). Cada ponto do mapa representa uma variação positiva ou negativa de quatrocentos ocupados. Por um lado, a redução da população ocupada com laços familiares foi intensa em todos os municípios. Por outro lado, a população ocupada sem laços familiares cresceu mais intensivamente nos municípios das regiões Centro-Oeste e Norte. Ou seja, ao mesmo tempo que há uma tendência geral de redução da população ocupada associada à agricultura familiar, o crescimento da população ocupada contratada (não familiar) está concentrado na fronteira de desenvolvimento da agricultura intensiva em capital.

MAPA 2

Variação absoluta da população ocupada¹ e variação percentual positiva² e negativa³ da população ocupada com e sem laços familiares (2006 e 2017)



Fontes: IBGE (2006; 2017).

Notas: ¹ Corresponde aos pontos.

² Corresponde à cor vermelha.

³ Corresponde às gradações de azul.

3 A SELETIVIDADE DA DINÂMICA DA POPULAÇÃO OCUPADA

Uma característica marcante do êxodo rural brasileiro é a seletividade de mulheres (Maia e Buainain, 2015). Entre os fatores que ajudam a explicar esse processo de masculinização da população ocupada na agricultura do Brasil estão as transformações das atividades setoriais, como o uso intensivo de tecnologia e o assalariamento da mão de obra. Além de reduzir a exigência de mão de obra, essas transformações privilegiariam a contratação de mão de obra permanente ou temporária masculina, contribuindo para aumentar a segregação de gênero nas atividades agrícolas.

A população masculina ocupada nos estabelecimentos agropecuários era 2,3 vezes superior à população feminina em 2006 (11,5 milhões de homens e 5,1 milhões de mulheres) – tabela 2. Em 2017, a razão entre as populações ocupadas masculina e feminina aumentou para 2,4 (10,6 milhões de homens e 4,4 milhões de mulheres). Em outras palavras, as mulheres estariam abandonando as atividades agropecuárias em uma taxa mais acelerada que os homens.

TABELA 2

População ocupada masculina e feminina, segundo laços de parentesco com a pessoa responsável pelo estabelecimento (2006 e 2017)

	2006		2017	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Ocupados familiares	12.801.406	100,0	11.101.319	100,0
Homens	8.291.357	64,8	7.199.536	64,9
Mulheres	4.510.049	35,2	3.901.783	35,1
Ocupados não familiares	3.766.799	100,0	3.912.513	100,0
Homens	3.224.360	85,6	3.439.090	87,9
Mulheres	542.439	14,4	473.423	12,1

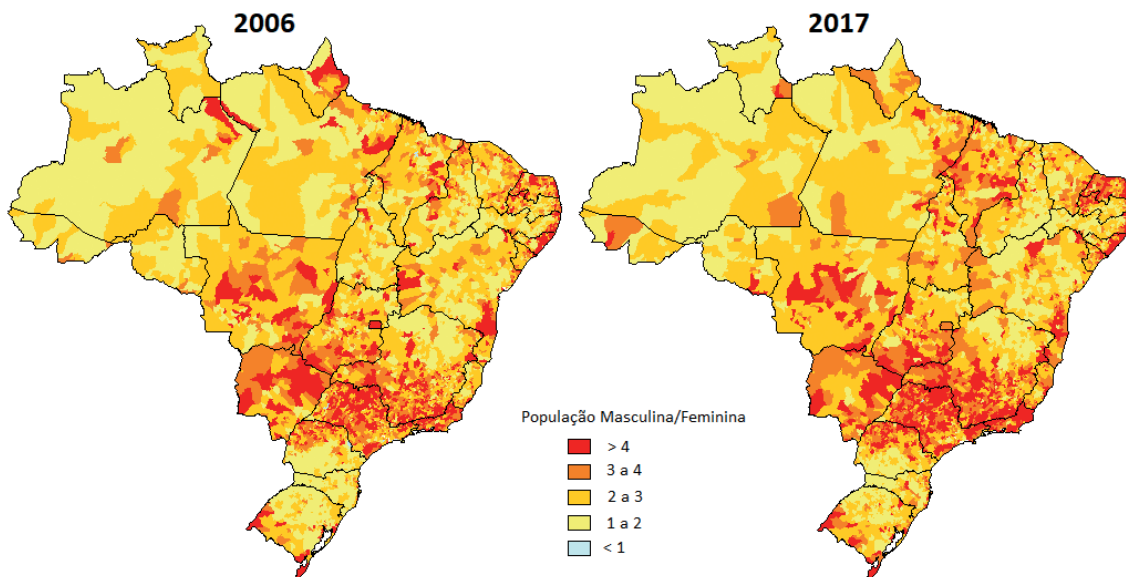
Fontes: IBGE (2006; 2017).

A taxa de masculinização das atividades agropecuárias é maior entre os ocupados não familiares. Ademais, o crescimento da taxa de masculinização entre 2006 e 2017 também se deveu ao comportamento entre os ocupados não familiares, corroborando a hipótese da maior seletividade de gênero nas atividades agropecuárias recentes. As mulheres representavam apenas 14% dos ocupados não familiares em 2006 e 12% em 2017. Entre os ocupados familiares, o percentual de mulheres, além de maior, ficou estável entre 2006 e 2017, igual a 35%.

O mapa 3 apresenta a distribuição da razão entre as populações de ocupados masculina e feminina nos municípios brasileiros. Em 2006, a razão era superior a 3 em parcela expressiva dos municípios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, no Sul de Minas Gerais e na região Centro-Oeste. Em 2017, áreas com razão superior a 3 avançaram, sobretudo, em municípios da região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), ou seja, em áreas recentes de exploração do cultivo de soja, milho e algodão.

MAPA 3

Razão entre população ocupada masculina e feminina nos municípios (2006 e 2017)



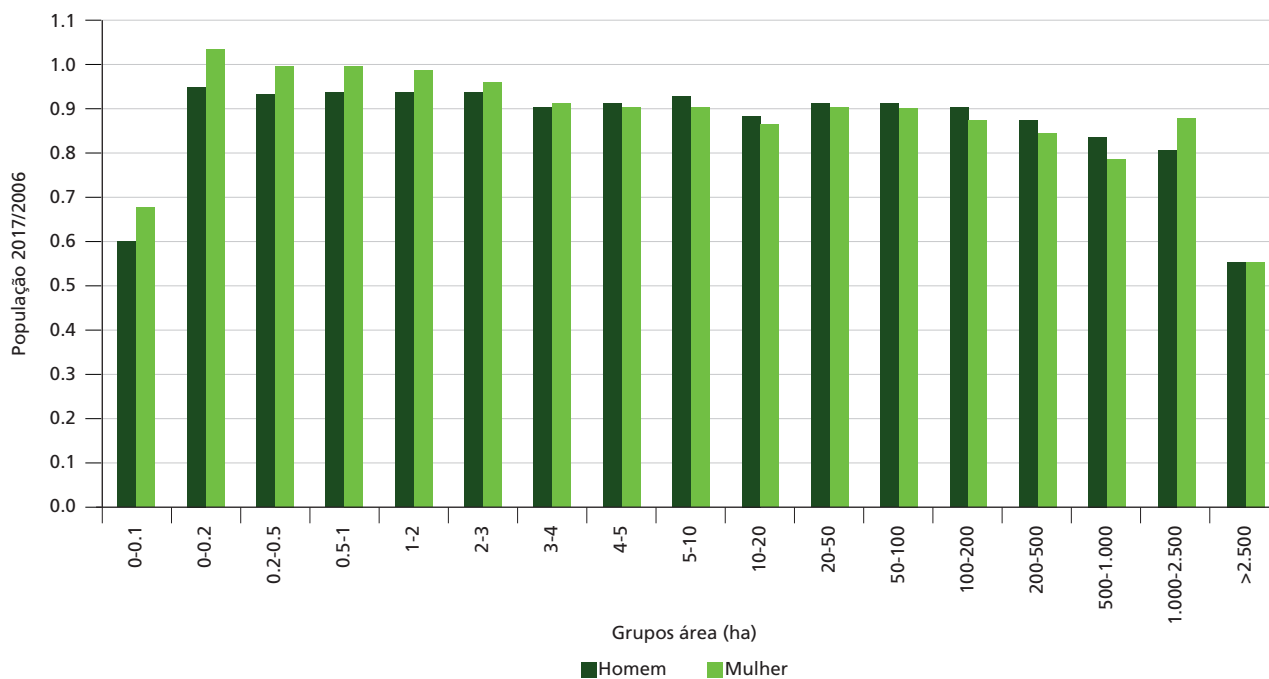
Fontes: IBGE (2006; 2017).

Além da possível maior segregação de gênero nas novas ocupações agrícolas, deve-se também considerar o fato de as mulheres alcançarem maior grau de escolaridade que os homens, sobretudo nas áreas rurais. Enquanto os homens são muitas vezes forçados a abandonar a escola para se dedicarem às atividades profissionais, principalmente nos ofícios de suas unidades produtivas familiares, as mulheres alcançam uma escolaridade mais elevada e acabam sendo mais atraídas pelas atividades terciárias nas áreas urbanas. Ou seja, a seletividade não seria unicamente devido à oferta de trabalho, mas também à demanda das mulheres por ocupações mais qualificadas. Adiciona-se a esse aspecto a histórica deficiência de infraestrutura e de serviços sociais nos espaços rurais, que dificultaria as oportunidades de ocupação e trabalho para as mulheres jovens e adultas. Essas dificuldades estão enraizadas no preconceito socialmente estabelecido que atribui à mulher a responsabilidade por uma série de serviços domésticos de reprodução social, como cuidar das crianças e das atividades domésticas.

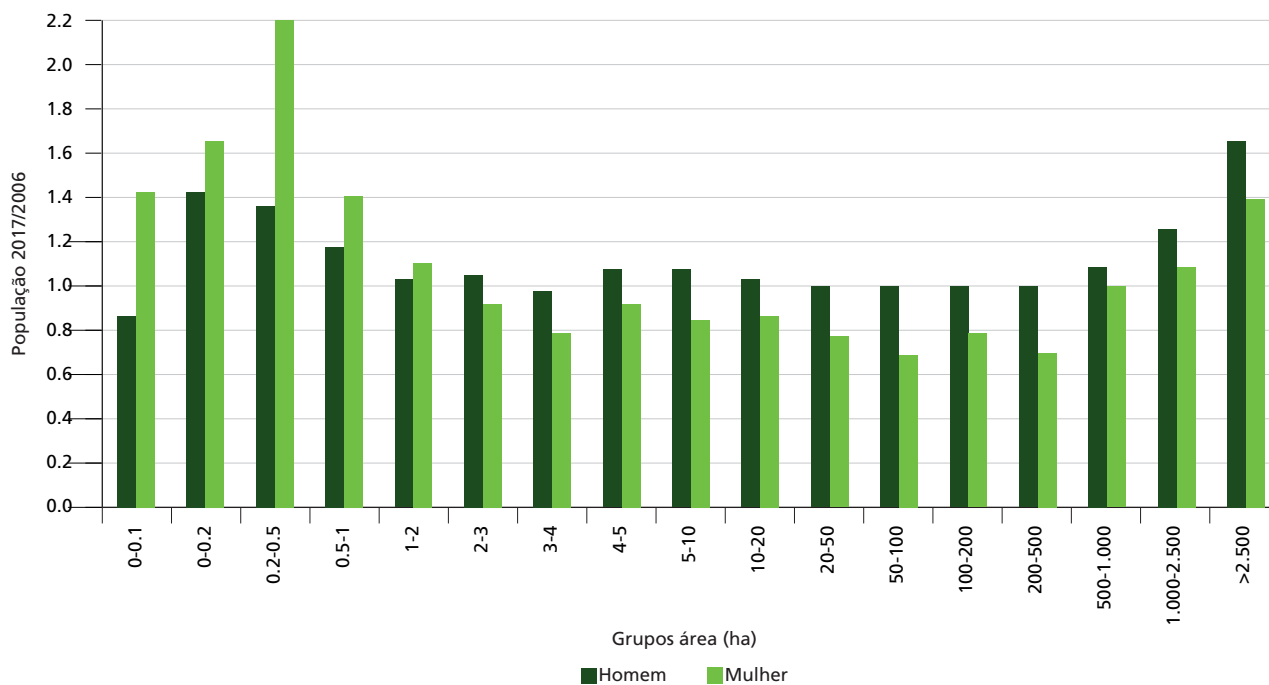
Pode-se ainda analisar a evolução dos ocupados segundo o tamanho dos estabelecimentos, que é uma aproximação para o capital econômico no campo. O gráfico 2 apresenta a razão entre as populações de ocupados de 2006 a 2017, segundo sexo e grupos de área total. Para os ocupados familiares, as razões entre os dois censos são inferiores a um para praticamente todos os grupos de área, ou seja, houve redução da população ocupada nos respectivos grupos, no período em questão. Ademais, a redução da população ocupada familiar foi mais intensa nos maiores estabelecimentos. Nos estabelecimentos com área entre 0,1 e 3 hectares, a redução foi menos intensa, sobretudo entre as mulheres. Ou seja, os homens estariam abandonando a pequena agricultura familiar em ritmo mais acelerado que as mulheres.

GRÁFICO 2

Razão entre população ocupada entre os Censos Agropecuários 2017 e 2006, segundo sexo e grupos de área total
2A – Familiar



2B – Não familiar



Fontes: IBGE (2006; 2017).

A dinâmica da população sem laços familiares é diferente daquela da população ocupada familiar. Houve um crescimento mais acelerado da população feminina ocupada sem laços familiares nos pequenos estabelecimentos, entre 0 e 2 hectares. Nos grandes estabelecimentos, acima de 500 hectares, aumentou mais aceleradamente o número de ocupados do sexo masculino. Em resumo, enquanto aumentou a contratação de mão de obra feminina na pequena produção, os homens ganharam participação nos grandes estabelecimentos agropecuários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Censo Agropecuário mostra que aproximadamente 15 milhões de pessoas ainda trabalhavam em estabelecimento agropecuários em 2017. Houve, a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, uma inflexão da tendência de crescimento da população ocupada na agropecuária. Entre 2006 e 2017, a população ocupada reduziu-se em 1,5 milhão e essa dinâmica se deve a dois fatores centrais: *i*) a redução da fecundidade nas áreas rurais; e *ii*) a permanência dos fluxos migratórios rural-urbano.

No que se refere à redução da fecundidade, o Departamento de População e Indicadores Socioeconômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que a taxa de fecundidade total brasileira, que era de aproximadamente quatro filhos por mulher em 1981, caiu para 1,7 em 2015, valor abaixo da taxa de reposição populacional. Maia e Sakamoto (2016) destacam ainda que, associadas à redução da taxa de fecundidade das mulheres, ocorreram importantes mudanças na estrutura das famílias brasileiras nas últimas décadas. De um lado, houve uma forte redução da família nuclear (constituída por casais com filhos) e, de outro, uma expansão das famílias formadas por membros individuais e por casais sem filhos. Essas mudanças foram mais acentuadas nas áreas urbanas, em função do estágio mais avançado de desenvolvimento da estrutura demográfica, mas também expressivas nas áreas rurais.

No que se refere ao êxodo rural, este continua ocorrendo, apesar de as políticas sociais direcionadas às famílias rurais mais pobres terem desempenhado papel importante na redução da pobreza extrema no campo. Primeiro, porque as atividades da agricultura familiar, que são intensivas em mão de obra, enfrentam sérias dificuldades em um setor agrícola competitivo e dinâmico que surgiu no Brasil. Segundo, porque as áreas metropolitanas e urbanas do país exercem forte atração. Os residentes rurais mais jovens e mais qualificados são atraídos por melhores oportunidades no mercado de trabalho e na vida social em geral, como um acesso mais fácil à assistência médica e à educação para seus filhos nas áreas urbanas. As mulheres são mais propensas que os homens a abandonarem a atividade agropecuária, devido tanto a fatores de repulsão (atividades agropecuárias priorizariam o trabalho masculino) quanto a fatores de atração (melhores oportunidades de emprego e acesso a uma série de serviços sociais nas áreas urbanas).

No geral, a produção agrícola no país não foi notavelmente afetada por mudanças demográficas nas áreas rurais, porque um setor moderno se adaptou efetivamente ao uso de novas tecnologias. No entanto, a dinâmica demográfica nas áreas rurais impõe sérias dúvidas sobre a sustentabilidade da pequena agricultura familiar em longo prazo, especialmente para aquelas localizadas nas regiões mais pobres do país. Essas atividades são extremamente dependentes do trabalho familiar, que é o principal afetado pelas mudanças observadas nos anos recentes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias**: coletânea de artigos revistos. Brasília: Embrapa, 2006.
- ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, v. 18, n. 4, p. 5-17, 2009.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 28., **Anais...** 2000.
- CARVALHO FILHO, I. E. Old-age benefits and retirement decisions of rural elderly in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 86, n. 1, p. 129-146, 2008.
- FERREIRA DE SOUZA, P. H. *et al.* **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade**: um balanço dos primeiros 15 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2499).
- GASQUES, J. G. *et al.* Total factor productivity in Brazilian agriculture. *In*: FUGLIE, K. O.; WANG, S. L. (Eds.). **Productivity growth in agriculture**: an international perspective. Wallingford: CAB International, 2012. p. 145-162.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2R9rdS1>>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- _____. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2YCIcJx>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

- _____. **Séries históricas e estatísticas:** taxa de fecundidade total. IBGE, [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/2EwNaHv>>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins**, v. 25, n. 25, p. 1-26, 4 nov. 2015.
- MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. The impacts of rapid demographic transition on family structure and income inequality in Brazil, 1981-2011. **Population Studies**, v. 70, n. 3, p. 293-309, 19 set. 2016.
- MATTOS, E.; PONCZEK, V. Estigma, oferta de trabalho e formação de capital humano: evidências para beneficiários de programas de transferência no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 39, n. 2, p. 309-340, 2009.
- OLIVEIRA, G. R.; OLIVEIRA, F. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Previdência rural: efeitos socioeconômicos e regionais. *In:* VIEIRA FILHO, J. E. R. (Ed.). **Diagnósticos e desafios da agricultura brasileira**. Brasília: Ipea, 2019. p. 340.
- PERZ, S. G. The rural exodus in the context of economic crisis, globalization and reform in Brazil. **International Migration Review**, v. 34, n. 3, p. 842-881, 2000.
- SERIGATI, F. *et al.* **O mercado de trabalho na fronteira do agronegócio:** quanto a dinâmica no Matopiba difere das regiões mais tradicionais? Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2277).
- TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 613-635, 2010.
- VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil:** inovação e competitividade. Brasília: Ipea, 2017.

